

Acordo de Guariba: o usineiro e o produtor saíram ganhando.

Onde se lê “Os efeitos da alteração de cinco para sete ruas ao corte manual da cana”, tema de uma das reuniões de ontem da SBPC, leia-se: “A última gota d’água num copo absolutamente cheio”. A retificação, ou melhor, “a verdadeira interpretação do tema”, foi feita pelo professor José Jorge Gebara, do Departamento de Economia Rural da Faculdade de Ciências Agrárias e Veterinárias de Jaboticabal.

Gebara, que há anos estuda os problemas do trabalhador rural da região de Jaboticabal, afirmou que o sistema imposto pelos usineiros (o aumento do número diário de ruas para o corte da cana), “aparentemente inocente”, acabou gerando o conflito dos bóias-frias na cidade de Guariba. E a alteração, segundo ele, que beneficiou produtores e usineiros, só trouxe mais problemas para o trabalhador rural.

O produtor, apontou o professor, teve vários benefícios: menor compactação do solo, devido às máquinas agrícolas circularem menos com a conseqüente diminuição de gastos com combustível. Em resumo, o solo se estraga menos e a cana também é menos pisoteada. Os usineiros, por sua vez, tiveram menor quantidade de terra misturada à cana colhida, o que provocava o desgaste das moendas. Em conseqüência, menos água foi consumida para lavar a cana nas esteiras, fazendo com que ela perdesse pouca sacarose.

Ao trabalhador rural, a alteração significa o acréscimo de cerca de três metros em cada caminhada — que faz dezenas de vezes por dia — para transportar a cana colhida para os locais determinados. “No início da jornada, o cortador atirava a cana nas valas. Mas, no decorrer do dia, o cansaço aumentava e ele tinha de transportá-la nos ombros”, explica Gebara.

A insatisfação e as más condições de vida do bóia-fria cresceram com esse sistema imposto pelos proprietários rurais e foi, segundo Gebara, a gota d’água que faltava para ser deflagrado o conflito em Guariba, há cerca de dois meses. E, nas negociações para se chegar ao Acordo de Guariba, a alteração do número de ruas para o corte da cana foi o primeiro item a ser discutido, voltando a vigorar o regime de cinco ruas diárias.

Com relação às cooperativas dos trabalhadores rurais — existem atualmente duas, nas cidades de Guaíra e Franca —, Gebara é categórico: “Elas eliminaram a figura do ‘gato’ (intermediário entre os produtores e os trabalhadores), mas o substituem à altura”.

— Essas cooperativas foram organizadas pelo Ministério e pela Secretaria do Trabalho. Com isso, apenas tomaram um “banho de lei”, pois não fazem mais nada, não acrescentaram nada na melhoria de vida do bóia-fria. O Sindicato dos Trabalhadores rurais as encaram apenas como concorrentes por oferecer assistência médica e dentária. Além disso, a cooperativa de Franca é presidida por um “ex-gato” e supervisionada por um burocrata do Ministério do Trabalho. Toda a sua diretoria nada tem a ver com o bóia-fria. Ela não garante nem mesmo emprego durante o ano.

O professor afirma ainda que essas cooperativas apenas “fazem o papel do Funrural”, efetuando com o trabalhador um contrato de prestação de serviços, sem carteira assinada, “que é o mínimo que o bóia-fria pode desejar”. “Até mesmo os caminhões das cooperativas são de ‘ex-gatos’, eliminados agora pelo Acordo de Guariba. A cooperativa de Guaíra fornece mão-de-obra trazida de Uberaba para uma destilaria. Ela serve apenas para tirar das costas dos empresários os ônus das obrigações sociais”, diz Gebara.

O trabalhador rural da região de Jaboticabal, explica o professor Gebara, pequeno produtor do Norte de Minas Gerais, está sendo contratado pelas fazendas para viver em barracões no meio do canavial das usinas. “Com o aumento do período da safra da cana, uma necessidade por causa da produção do álcool, é necessário que ele permaneça na fazenda por um tempo mais longo. Depois, ele não tem dinheiro para voltar para Minas Gerais”.

Com comida "feita por mão de homem", confinados nas fazendas durante todo o ano, os trabalhadores foram vendo suas perspectivas ficarem mais e mais restritas. Dinheiro, só no final do ano, quando são pagas as férias, indenização e o 13º salário. O salário é todo gasto nos armazéns montados nos barracões, para evitar a ida à cidade. E foram queixar-se com o bispo. Literalmente. Através da Comissão Pastoral da Terra, entraram em contato com os bispos de Jaboticabal e Araçuaí, em Minas. Aguardam, agora, soluções que devem ser encontradas o mais rápido possível, segundo o professor Gebara.

Marinês Campos

(Página 9)